



**3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Legal na Apelação (Nº 0331422-5)

Apelante: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

Apelado: NIVALDO JOÃO DE OLIVEIRA

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

**ACÓRDÃO**

**AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COMBINADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FATO INCONTROVERSO. PRINCÍPIO DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FATOS. ANOTAÇÕES PREEXISTENTES. FATO EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. NÃO COMPROVADO. ÔNUS DA PROVA DO RÉU. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR MANTIDO. RECURSO IMPROVIDO.**

1. Trata-se de agravo legal interposto contra decisão monocrática que negou seguimento à apelação, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
  2. *In casu*, o recorrente alega em sede de recurso que não houve inscrição do nome do agravado nos órgãos de proteção ao crédito, mas tão somente mera cobrança administrativa.
  3. Contudo, o apelo recursal vai de encontro à contestação da própria agravante, que, ao contrário de refutar, confirma a tese autoral de que houve a inserção do nome do autor no cadastro de inadimplentes.
  4. Consoante o princípio da impugnação específica dos fatos e observadas as demais provas carreadas aos autos, resta comprovada a conduta ilícita da concessionária.
  5. Ademais, cabia a ré fazer prova de eventual apontamento preexistente em nome do demandante, nos termos do artigo 333, II, do Código Processual Civil.
  6. Em relação ao *quantum indenizatório*, o valor atribuído pelo juízo *a quo*, R\$ 4.000,00, não se mostra exorbitante, estando em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
5. Recurso não provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo na apelação nº 0331422-5, em que figura como Agravante CELPE e como Agravado NIVALDO JOÃO DE OLIVEIRA, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife,

28-1-2014

**Desembargador Bartolomeu Bueno**

*Relator*



**3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Legal na Apelação (Nº 0331422-5)

Apelante: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

Apelado: NIVALDO JOÃO DE OLIVEIRA

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo legal interposto pela CELPE contra Decisão Terminativa, proferida por esta relatoria, que negou provimento ao recurso de apelação manejado pela parte agravante, com arrimo no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil e, por conseguinte, manteve irretocável a sentença imposta pelo juízo de primeiro grau, que condenou a concessionária ao pagamento de R\$ 4.000 (quatro mil reais) a título de indenização por danos morais em decorrência da inscrição indevida do nome do autor nos órgão de proteção ao crédito.

Irresignada, a concessionária interpôs o recurso em tela, repisando os mesmos argumentos defendidos em sede de apelo, alegando, em suma, que: a) houve mera cobrança administrativa dos valores devidos; b) não há nos autos prova de que o demandante teve seu nome inserto em órgãos de cadastro de inadimplentes; c) o autor não juntou comprovação de inexistência de apontamentos pré-existente, passíveis de elidir a condenação em danos morais; d) que o Magistrado de Primeiro Grau não observou os princípios da razoabilidade e proporcionalidade no momento da fixação do *quantum* indenizatório.

**É o relatório.**

Recife, 28-12-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



**3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Legal na Apelação (Nº 0331422-5)

Apelante: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

Apelado: NIVALDO JOÃO DE OLIVEIRA

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

**VOTO**

De início, deve-se atentar para o argumento da recorrente de que houve mera cobrança administrativa. Ora, esta alegação se contrapõe ao que a própria apelante relatou em sede de contestação, na qual concentrou sua defesa de mérito considerando que a **negativação** decorreu de exercício regular de seu direito de credor.

Ainda que superável a contradição entre a contestação e a apelação do demandado, no caso em apreço houve presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor. É que a contestação se rege pelo princípio da impugnação específica dos fatos, cabendo ao réu se insurgir contra todas as questões fáticas narradas pelo autor, sob pena de serem presumidas verdadeiras, conforme dicção dos artigos 302 e 334, III, do Código de Processo Civil.

O autor se desincumbiu do ônus de provar o alegado com a juntada do documento de notificação de apontamento de dados em órgãos de restrição de crédito. É cediço que a mera notificação do pedido inclusão em bancos de cadastro de inadimplentes não é apta, por si só, a caracterizar a existência de danos morais. Porém, é inegável que possa ser utilizada como início de prova de que a negativação de fato ocorreu.

Assim, considerando os fatos articulados pelo autor, o início de prova trazido por este e o teor da contestação, que, ao contrário de refutar, confirma a tese autoral, verifico que a negativação restou incontroversa nos autos, não cabendo mais delongas a este respeito.

Também não merece guarida o argumento de que a parte autora não comprovou inexistência de apontamentos anteriores, o que afastaria a aplicação de danos morais, consoante súmula 385 do STJ. É ônus do demandado, nos termos do art. 333, II do Código de Processo Civil, provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

A celeuma a ser enfrentada agora é a que tange a titularidade da unidade consumidora que originou a inserção nos órgão de proteção ao crédito.

*JP*



A concessionária aduziu que a cobrança a que se refere a inclusão do nome do Recorrido no sistema de restrição ao crédito é devida, uma vez que consta o nome dele no cadastro da unidade consumidora (contrato nº 2176939012).

Entretanto, após uma análise dos documentos, contata-se que são dados cadastrais da própria CELPE, o que não é suficiente para elidir a responsabilidade da apelante, uma vez que pode ter acontecido falha ao cadastrar o titular, simulação de terceiros e outro fatores que maculam a verossimilhança do documento.

O autor comprovou ser titular de unidade consumidora diversa (contrato 2838822013) e indicou a moradora do domicílio gerador do débito que ocasionou a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito. Não é razoável exigir dele a prova de que não é o titular da conta em débito com a concessionária. A produção desta prova seria demasiadamente árdua para o autor, devendo ser transferida para a parte que tem melhores condições de produzi-la. Assim, era dever da concessionária trazer documento apto a comprovar que firmou com o autor o contrato de fornecimento de energia elétrica que redundou na negatificação deste.

Portanto, não resta comprovada a alegação da CELPE de que o Recorrido seria o titular do contrato nº 2176939012, sobretudo em face dos documentos acostados às fls. 20/28 – contas de energia - que apontam o apelado como titular do contrato de nº 2838822013, referente a imóvel diverso.

Colaciono decisão do Tribunal do Rio Grande do Sul que, analisando questão semelhante, decidiu no mesmo sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO.

Aplicável, ao caso, as regras protetivas previstas no Código de Defesa do Consumidor, incidindo a inversão do ônus da prova previsto pelo artigo 6º, inciso VIII, do referido diploma legal. Hipótese em que a parte-demandada não trouxe aos autos prova da titularidade dívida discutida, ônus que lhe incumbia. Assim, não comprovado o débito que gerou o cadastramento nos órgãos de restrição ao crédito, impositiva a exclusão do nome do autor do SERASA. Verba honorária invertida mantida. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70057505299, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard, Julgado em 26/02/2014)

*21.*



(TJ-RS - AC: 70057505299 RS , Relator: Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard,  
Data de Julgamento: 26/02/2014, Décima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação:  
Diário da Justiça do dia 28/02/2014)

Exposto isto, restam caracterizadas como indevidas a cobrança e a inclusão do nome da Apelada no cadastro de inadimplentes.

Para fixação do *quantum* indenizatório é necessário atentar para todas as circunstâncias fáticas do processo, como a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, a natureza e a extensão do dano, as condições sociais e econômicas da vítima e dos ofensores.

Nesse diapasão, deve o julgador agir ou adotar procedimento cauteloso e/ou prudente a não servir de estímulo a essa crescente tese, fase ou onda da industrialização dos danos morais que passa, com certeza, por uma supervalorização do valor indenizatório desses danos ou ofensas, e, sob outra vertente, não deixar de cumprir com o necessário caráter preventivo da pena, evitando a sua repetição e forçando que a empresa não volte a agir dessa forma e tenha maior cautela, se acaso fixado no patamar muito baixo ou irrisório.

Nesta senda, o valor indenizatório fixado de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) atende às particularidades do caso *sub judice*. Reduzi-lo seria enfraquecer o caráter educacional da medida. Ademais, é de se destacar que em casos análogos têm sido aplicadas, inclusive pelo Superior Tribunal de Justiça, indenizações em quantias superiores à contestada na presente lide, como se pode ver nas seguintes decisões:

PROCESSUAL CIVIL. CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITOS QUITADOS. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REVISÃO DO QUANTUM. SÚMULA 7/STJ.

**1. No presente caso, a Corte local consignou: "Por se encontrar a decisão recorrida em patamar compensatório compatível às decisões dos Tribunais Estaduais para casos análogos, justifica-se a manutenção da indenização em 9.000,00." (fl. 126, e-STJ)**

2. A revisão dos valores fixados a título de danos morais somente é possível quando exorbitantes ou insignificantes, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é o caso dos autos. A verificação da razoabilidade do quantum indenizatório esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. 3. Agravo Regimental não provido.

(STJ, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 20/08/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 333.922 - PE (2013/0125027-5))

*B. B.*



Direito Civil. Processual Civil. Danos morais. Cadastro de restrição do SPC. Contas de energia elétrica não pagas. Negativação de homônimo. Culpa da prestadora do serviço. Art. 927, caput do Código Civil. Indenização devida. Arbitramento em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Razoabilidade. Juros de mora arbitrados a partir da citação. Pedido de aplicação a partir da sentença. Responsabilidade extracontratual. Juros moratórios a partir do evento danoso. Súmula 54 do STJ. Impossibilidade de aplicação da referida súmula sob pena de reformatio in pejus. Permanência dos juros a partir da citação. Precedentes. Apelação improcedente.

1- O cerne da lide diz respeito à suposta responsabilidade do recorrente no que pertine ao envio do nome do recorrido ao cadastro do SPC.

2- Os autos trazem documentos capazes de demonstrar que, de fato, o apelado sofreu restrição creditícia indevida, eis que as contas de energia não pagas pertencem a outra pessoa, no caso, um homônimo.

3- Neste contexto, infere-se que o recorrente agiu com culpa, pois não tomou o devido cuidado no sentido de identificar quem era o verdadeiro inadimplente, atendo-se apenas ao nome do usuário do serviço, sem verificar quaisquer outros documentos que pudessem individualizá-lo.

4- No que pertine ao quantum fixado a título de danos morais, o valor arbitrado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) é razoável, atendendo o caráter pedagógico que a medida deve ter, bem como seguindo a linha de entendimento do Colendo STJ.

5- Finalmente, no que tange ao argumento no sentido de que os juros moratórios somente incidem a partir do trânsito em julgado do decisum, não merece acolhimento.

6- Cumpre observar que o caso em apreço configura hipótese de responsabilidade extracontratual. Assim, os juros moratórios deveriam ser fixados a partir do evento danoso e não a partir da citação, como consta da sentença. A matéria, aliás, já foi objeto de súmula, gerando o verbete 54 do Colendo STJ.

7- Contudo, modificar a sentença para aplicar a súmula em alusão ocasionaria odiosa reformatio in pejus, haja vista que somente houve apelo da Celpe. Por outro lado, também não há que se falar em fixação a partir do trânsito em julgado da sentença, como pretende o recorrente, destarte os juros moratórios devem permanecer fixados a partir da citação.

8- Recurso improvido.

(TJ-PE - APL: 144158820108170001 PE 0014415-88.2010.8.17.0001, Relator: Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, Data de Julgamento: 02/06/2011, 3ª Câmara Cível)

Diante de todo o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso da CELPE, mantendo irretocável a decisão impugnada.

Recife,

29-1-2014

DES. BARTOLOMEU BUENO.

RELATOR